ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ REALIZADA EM 04.09.2026

DATA: 04 DE SETEMBRO DE 2026;
LOCAL: AUDITÓRIO JESUS XAVIER DE BRITO – SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA;

PAUTA PRINCIPAL:

- **APRESENTAÇÃO SOBRE A DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS**

PAUTA SECUNDÁRIA:

- **CRIAÇÃO DE COMITÊ REGIONAL DE SAÚDE DO SERTÃO CENTRAL**
- **REFORMULAÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS DO COMITÊ**

A Dra. Niliane Meira Lima, Vice-Coordenadora do Comitê, iniciou os trabalhos saudando os presentes e destacando os itens da pauta: apresentação sobre o fluxo de dispensação de medicamentos na rede pública, reestruturação das comissões temáticas e criação do Comitê Regional de Saúde do Sertão Central.

Ao justificar a inclusão do primeiro tema, ressaltou a relevância da compreensão dos fluxos administrativos de fornecimento de medicamentos, especialmente diante da exigência de análise do indeferimento administrativo nos processos judiciais. Relatou que Defensorias Públicas têm enfrentado dificuldades para identificar se os pacientes buscaram administrativamente o medicamento e qual foi o resultado dessa solicitação, evidenciando a necessidade de maior esclarecimento sobre os procedimentos adotados pela rede pública de saúde.

Também destacou que o conhecimento desses fluxos é essencial para subsidiar a atuação institucional do Comitê, a elaboração de relatórios sobre judicialização da saúde e a adequada utilização dos formulários técnicos desenvolvidos pelo Comitê. Salientou, ainda, que a compreensão da realidade da gestão pública contribui para decisões judiciais mais eficazes, compatíveis com as políticas públicas existentes e com os fluxos administrativos em vigor.

Por fim, reforçou a importância do diálogo entre os órgãos do sistema de justiça e a administração pública para aprimorar a compreensão desses procedimentos e facultou a palavra à Dra. Fernanda para iniciar sua exposição sobre o tema.

Na sequência, a Dra. Fernanda Cabral, Coordenadora de Políticas de Assistência Farmacêutica e Tecnologias em Saúde da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, realizou apresentação sobre a organização da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), expondo a estrutura dos componentes de acesso a medicamentos, quais sejam: Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF), Assistência Farmacêutica Secundária (AFS), Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF) e Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF). Destacou a relevância da Relação Estadual de Medicamentos Essenciais (RESME) como instrumento de padronização e qualificação da assistência farmacêutica no Estado.

Durante a exposição, foram apresentados os fluxos de aquisição e dispensação de medicamentos, bem como as responsabilidades compartilhadas entre Estado e municípios para garantia do abastecimento e do acesso da população aos tratamentos disponibilizados pelo SUS. Ressaltou-se a importância da adequada programação e da regularidade das contrapartidas municipais para a manutenção da oferta dos medicamentos e para a eficiência da política pública de assistência farmacêutica.

A palestrante também abordou a ampliação do acesso aos medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, destacando iniciativas de descentralização da dispensação, além da disponibilização de protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e demais instrumentos de apoio à gestão e à assistência em saúde, com vistas à promoção do uso racional de medicamentos e à qualificação do cuidado aos usuários do SUS.

A dra. Fernanda Cabral assumiu o compromisso de promover treinamento continuado das unidades de cadastramento e dispensação dos medicamentos incorporados, bem como apresentar ao Comitê a relação dos medicamentos do grupo CEAF 1A já incorporados, mas ainda sem dispensação administrativa efetivamente implementada no sistema Hórus. Também foi pactuada a adoção de checklist padronizado, em linguagem simples, pelas unidades dispensadoras, indicando as pendências que motivarem o não cadastramento do paciente, para fins de comprovação do indeferimento administrativo.

A Defensoria Pública solicitou, ainda, a elaboração de material orientativo em linguagem acessível, contendo o passo a passo para solicitação dos medicamentos e complementação documental. Foi igualmente destacada a dificuldade enfrentada por pacientes ambulatoriais da atenção básica para obtenção de laudos ou documentos complementares em prazo razoável, uma vez que, em muitos casos, o retorno ao especialista depende de novo ingresso na regulação, o que pode acarretar longas esperas.

Após a apresentação, foi aberta a palavra aos participantes para esclarecimentos e debates, oportunidade em que foram apresentados questionamentos e contribuições, os quais foram discutidos pelos presentes e devidamente esclarecidos.

Em seguida, o Secretário-Executivo do Comitê Estadual de Saúde, Yury Trindade, apresentou proposta de reformulação das comissões temáticas, contemplando a atualização de suas atribuições e a organização da atuação do Comitê em seis eixos estratégicos voltados ao acesso à saúde, evidências científicas, desjudicialização, saúde suplementar, capacitação e monitoramento de demandas estruturais. Ressaltou-se que a proposta visa fortalecer a articulação entre as instituições, qualificar a tomada de decisões e aprimorar o acompanhamento das políticas públicas de saúde. Submetida à apreciação dos membros, a proposta foi aprovada, restando definida para a próxima reunião a composição de cada comissão.

Deliberações do Comitê:

1. Ficou deliberado que os representantes da Defensoria Pública do Estado, da Defensoria Pública da União e os membros da comissão responsável darão continuidade à revisão da minuta do novo relatório médico, com o objetivo de consolidar uma versão final padronizada para utilização nas demandas de saúde;

2. Ficou acordado que a próxima reunião do Comitê será dia 25 de setembro de 2026.

3. Ficou deliberado que os membros do Comitê Estadual de Saúde se programem para participar das atividades do FONAJUS Itinerante, que ocorrerá nos dias 14 e 15 de outubro. Informou-se, ainda, que a programação definitiva do evento será disponibilizada oportunamente.

Nada mais havendo a tratar, a Dra. Niliane Meira Lima,Vice Coordenadora do referido Comitê, agradeceu a presença e a participação de todos, e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Manuel Yury Trindade, Secretário-Executivo do Comitê, lavrei a presente ata.

Fortaleza/CE, 04 de setembro de 2026.

Niliane Meira Lima, Juíza Federal, Vice- Coordenadora do Comitê JFCE;

Ana Karízia Távora Teixeira Nogueira, Procuradora da República(MPF, Titular)

Isabel Maria Salustiano Arruda Porto, Procuradora de Justiça(MPCE, Titular);

Raimilan Seneterri da Silva Rodrigues, Procurador Estadual (PGE, Suplente);

Yamara Alves Lavor Viana, Defensora Pública Estadual (DPE);

Lídia Ribeiro Nóbrega, Defensora Pública da União (DPU, Titular)

Arlandia Cristina Lima Nobre de Morais, Representante do Conselho Regional de Farmácia;

Francisco Ilberte Gomes da Silva, Representante do Conselho Regional de Odontologia do Ceará(CRO, Titular);

William Alison Alves de Sa, Assessor Jurídico da Secretaria Municipal de Saúde (SMS, Suplente);

Sharliane Monteiro da Rocha, Representante do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Ceará(COSEMS-CE, Suplente)

Napoliana Rodrigues dos Santos, Orientadora da Célula de Mediação Sanitária e Contencioso da Secretária de Saúde (SESA, Suplente);

Fernanda França Cabral,Coordenadora de Políticas de Assistência Farmacêutica e Tecnologias em Saúde (SESA, convidada)

Evanezia de Araújo Oliveira,Gerente Técnica da Coordenadoria de Políticas de Assistência Farmacêutica e Avaliação de Tecnologias (SESA, convidada)

Yamdra Carmelita Silva de Oliveira,Representante do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC, Suplente)

Raisa Rariane Pereira Lima, Auxiliar Administrativo da JFCE para o Natjus e Comitê Estadual

Manuel Yury Trindade, Secretário-Executivo do Comitê e Assistente Operacional do NAT-JUS/CE.